

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE SETEMBRO DE 1999  
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Hermes Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

OFÍCIO Nº 587/99

Curitiba, em 28.09.99.

Senhor Presidente.

Temos o presente para comunicar a Vossa Excelência que este Parlamentar está se desligando do PPB - Partido Progressista Brasileiro, e ingressando no PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

Sem outro particular, subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

Sob o nº CTL/SEEG/277/99, do Senhor Governador do Estado, solicitando que sejam restituídas as Mensagens nºs 003/95, 077/95 e 084/95, para reexame e atualização das matérias governamentais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 160/99, do Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizados em agosto de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4060/99, do Senhor Cesar Claudio Moreira Giraldes - Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando valores repassados para os Fundos Municipais de Assistência Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2558/99, do Senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativa ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 752/98, do Senhor Paulo Roberto Kruger, Diretor Presidente da BANESTADO S/A Reflorestadora, encaminhando Prestação de Contas, relativo ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2812/99, do Senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO Corretora de Mercadorias Ltda., do exercício financeiro de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 747/98, do Senhor Manoel Garcia Cid, Diretor Presidente do BANESTADO, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Ltda., relativa ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2757/99, do Senhor Nestor Celso Imthon Bueno, Chefe de Gabinete da Presidência, encaminhando Prestação de Contas da BANES-

TADO Clube S.C., exercício financeiro de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1788/99, do Senhor Nestor Celso Imthorn Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência, encaminhando Prestação de Contas do BANESTADO, relativo ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1790/99, do Senhor Nestor Celso I. Bueno, Chefe de Gabinete da Presidência, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, relativo ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1789/99, do Senhor Nestor Celso I. Bueno, Chefe de Gabinete da Presidência, encaminhando Prestação de Contas da BANESTADO S/A Participações, Administração e Serviços, relativo ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/276/99, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 328/99. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 688/99, do Senhor Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia das informações requeridas pelo Deputado Péricles Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre “abastecimento de água interrompido por falta de pagamento”. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

## Mensagens:

MENSAGEM Nº 018/99

Curitiba , em 27.09.99.

Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, no período compreendido entre 30 do corrente e 06 de outubro próximo, com destino à Alemanha, a fim de, em Berlim, Essen e Duisburg, participar de reuniões com empresários, visando atração de investimentos para o Estado do Paraná, com especial atenção à conclusão da FERROESTE, trecho Cascavel, Foz do Iguaçu e a implantação do Pólo Intermodal do Oeste, cujos projetos tem por objetivo fazer da região, portal de entrada para produtos do MERCOSUL, e ainda, em Hamburgo, participar de congresso com temas voltados aos negócios em mercados de interesse do Paraná.

Outrossim, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a indicação de um dos Membros desse Egrégio Poder Legislativo para, em face do elevado significado de que se revestem os objetivos de tal afastamento, acompanhar-me nessa missão.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente autorização, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 020/99

Curitiba , em 27.09.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.797.096,00 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, noventa e seis reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, para dar atendimento aos convênios firmados com o Ministério da Saúde, que tem por objetivo o atendimento a “Urgências e Emergências” e “Gestão de Alto Risco”, para o desenvolvimento técnico-operacional do Sistema Único de Saúde, SUS.

A participação financeira do Ministério da Saúde será de R\$8.906.451,00 (oito milhões, novecentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) e a do Estado do Paraná será de R\$890.645,00 (oitocentos e noventa mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de cancelamento de dotação da Paraná Turismo, PRTUR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.400, de 30 de dezembro de 1998, no valor de R\$9.797.096,00 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, noventa e seis reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o art. anterior, igual

importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos III, IV e V desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no art. 2º, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo VI desta lei.

5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO I

FL.

01

DE DESPESA

ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4700	Secretaria de Estado da Saúde					
4701	Gabinete do Secretário					
2228	Administração Geral e Programas Especiais - SESA	3390.30	00	L	450.645	1049
		3390.33	00	L	90.000	1049
			07	L	161.135	1049
		3390.33	00	L	100.000	1049
			07	L	320.000	1049
		3390.39	00	L	250.000	1049
			07	L	1.230.360	1049
		4490.52	07	L	7.194.956	1049
TOTAL					9.797.096	

## CANCELAMENTO

## ANEXO II

FL.

01

DE DESPESA

ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	N. DO PROC. COP.
5900	Secretaria de Estado do Esporte e Turismo				
5931	Paraná Turismo - PRTUR				
2315	Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Paraná	4490.51	07	9.797.096	1049
TOTAL				9.797.096	

ACRÉSCIMO  
RECEITA CENTRALIZADA  
R\$1,00

## ANEXO III

FL. 02  
ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
1721.09.01	Transferência do ICMS - desoneração (Lei Complementar 87/96)	00	890.645	1049
1762.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	1.711.495	1049
TOTAL			2.602.140	

REDUÇÃO  
RECEITA CENTRALIZADA  
R\$1,00

## ANEXO IV

FL. 02  
ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	2.602.140	1049
TOTAL			2.602.140	

REDUÇÃO  
DA RECEITA DESCENTRALIZADA  
R\$1,00

## ANEXO V

FL. 03  
ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado do Esporte e Turismo			
5931	Paraná Turismo - PRTUR			
2412.07.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	9.797.096	1049
TOTAL			9.797.096	

CANCELAMENTO  
02  
DE OBRAS  
R\$1,00

## ANEXO VI

FL.  
ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
5900	Secretaria de Estado do Esporte e Turismo				
5931	Paraná Turismo - PRTUR				

CANCELAMENTO  
02  
DE OBRAS  
R\$1,00

A N E X O V I

FL.

ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
2315	Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Paraná				
950	Estado				
0001	Construir Obras de Infra-Estrutura para o Turismo (A)	07	L	9.797.096	1049
TOTAL		TES	L	9.797.096	

À Diretoria Legislativa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1991-A

Senhor Presidente.

José Maria Ferreira, Deputado Estadual, da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, tendo em vista alteração na composição da bancada nesta Casa com a saída do Deputado Pastor Edson Praczyk, em face de mudança de partido, pelo presente vem expor o que se segue e, ao final, formular requerimento:

Considerando que a composição das Comissões Permanentes deve obedecer ao critério da proporcionalidade da representação dos partidos, e que, desse modo, as vagas ocupadas pelos parlamentares são vagas cujos detentores são os Partidos Políticos, não cada Deputado isoladamente;

Considerando que é atribuição regimental do Líder partidário indicar à Mesa os membros de sua respectiva Bancada para comporem as Comissões Permanentes, e, a qualquer tempo, substituí-los, nos termos do art. 11, inc. IV;

Considerando que o Regimento Interno da Assembléia Legislativa disciplina a forma pela qual se fará a representação proporcional das bancadas nas Comissões Permanentes, determinando, também, a competência do líder partidário para promover as indicações dos nomes de sua Bancada para integrá-los, conforme o art. 31;

Considerando que houve quebra do princípio de proporcionalidade quando da mudança partidária do Deputado Pastor Edson Praczyk, já que o mesmo participa das Comissões de Constituição e Justiça, de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de Educação, Cultura e Esportes, de Saúde Pública, de Ecologia e Meio Ambiente e de Direitos Humanos e Cidadania, está última como Presidente, na qualidade de representante da Bancada do PSDB, indicado pela liderança;

Considerando que o Art. 44 do Regimento Interno, prevê as modalidades de vacância nas Comissões, dispondo, entre elas, a perda do lugar, que será preenchido por indicação do Líder do respectivo detentor, por proporcionalidade, da vaga, conforme a dicção do § 4º do mesmo artigo, que estipula um prazo de 48 horas para a substituição.

Venho requerer a V. Excelência que se digne a acatar as indicações para recomposição das Comissões Permanentes desta Casa, que não serão, com certeza, somente do PSDB, dada a grande mudança partidária no decorrer deste ano.

Termos em que pede-se deferimento.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Profª Madalena Cunha Costa, ocorrido no último dia 21 de setembro na Cidade de Paranapoema-PR.

Requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família, através do Deputado Basílio Zanusso.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

### JUSTIFICATIVA:

Nascida em Santo Antonio da Platina-PR, em 06 de abril de 1936, contava com 63 anos, foi casado com Antonio Anastácio da Costa, tendo ficado viúva em 03.02.69, deixou 11 filhos, 06 genros, 04 noras, 27 netos e 18 bisnetos. Formada em Magistério no ano de 1954 na Cidade de Santo Antonio da Platina-PR, transferindo residência para Joaquim Távora no ano de 1956, em 1957 para Diamante do Norte, em 1958 para Nova Londrina, em

1959 para Paracity, permanecendo até 1969, ocasião em que transferiu residência para Jardim Olinda, e em 1970 definitivamente para Parapoeira-PR, tendo nesse município ocupado o cargo de Professora, Secretária Escolar e Diretora da Casa Escolar Lysimaco Ferreira da Costa - Ensino de 1º e 2º Graus, aposentada pelo Decreto nº 132, Resolução 12.212 de 26.03.85, residindo em Parapoeira por 29 anos até o seu falecimento.

Prestou relevantes serviços para a Educação, a Cultura, a Formação de Jovens, bem como elevada participação e liderança no meio social, comunitário, político e religioso, onde exercia a Coordenação Geral, preparando e orientando a comunidade, com dedicação, esforço e carinho, na formação de cidadãos, dando sempre bom exemplo a todos, exemplar mãe de família, educadora, pessoa digna e honesta, foi a criadora juntamente com o Prof. Delziro Delázari da Bandeira (*in memoriam*) do Município de Parapoeira.

#### REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio Independência do Paraná, alusivos ao 36º aniversário de sua fundação, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Luiz Guilherme Mussi, através de correspondência a ser encaminhada Rua André Zanetti, 340 - Mercês, CEP 80810-280, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, alusivos ao reconhecimento do seu Curso de Medicina Veterinária pelo Ministério da Educação e Cultura.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor Clemente Ivo Juliatto, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, Campus 1, CEP 80215-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência aos Exmos. Senhores Doutores Constantino Miguel Neto e Antonio Rocha Gonçalves, respectivamente Diretores Geral e Administrativo do Hospital Universitário Evangélico, cumprimentando pelos 40 anos de atividades, daquela instituição.

Solicitamos ainda seja levado nosso agradecimento a todo o corpo clínico e funcional daquela instituição, pelos excelentes serviços prestados à população paranaense ao longo dessas quatro décadas.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, votos de congratulações pelos 146 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná, conforme justifica.

Requer, outrossim, sejam notificados do feito o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, o Senhor Diretor da Polícia Civil e as Circunscrições Regionais das Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Polícia Civil do Estado do Paraná comemora hoje, 28.09.99, aniversário de 146 anos de fundação dessa instituição.

Relembrar aqui os fatos ocorridos com os valerosos policiais civis do Estado, no decorrer de tantos anos, seria uma longa história que delongaria muito tempo para sua narrativa, tantos os fatos importantes com quais centenas de policiais se depararam neste quase século e meio de sua existência.

Vale lembrar, sim, os bravos policiais que sucumbiram no cumprimento de seus deveres, heróis anônimos, muitos já esquecidos, mas na posse da beatitude eterna junto a nosso Criador, temos fé.

Em razão da violência que impera o cenário da humanidade, mais do que nunca hoje ser policial é defrontar com o perigo, com a morte, dadas as circunstâncias em que se encontram nossas instituições públicas, sem equipamentos, necessários para preservar as vidas desses policiais em seu trabalho.

Queremos homenagear também a todos os componentes da Polícia Civil do Estado do Paraná, do Agente de Segurança ao Delegado de Polícia, do Carcereiro ao Escrivão de Polícia, todos irmanados em manter a segurança da população paranaense.

Parabéns, Polícia Civil do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Museu Atílio Rocco (Rua XV de Novembro, 1660 - São José dos Pinhais), pela comemoração de seus 22 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Dia 19 de setembro do corrente, o Museu Municipal Atílio Rocco, de São José dos Pinhais, comemorou 22 anos de sua fundação. Criado em 1977, o Museu teve sua primeira sede em uma pequena sala, situada à Rua Mendes Leitão, onde permaneceu por quatro anos.

Depois disso, o Museu passou definitivamente para sua atual sede, um prédio de arquitetura eclética, datado de 1910 e que já abrigou, em épocas diferentes, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de São José dos Pinhais.

O acervo da Instituição foi inicialmente constituído de doações feitas por famílias tradicionais da cidade e hoje o número de peças chega a 3.000, registradas e classificadas em áreas de história, biblioteca, etnologia, numismática, fotografia e história natural. Os dez funcionários que trabalham no Museu, atendem diariamente cerca de 200 pessoas que o visitam.

O Museu Municipal Atílio Rocco, é uma Instituição das mais importantes da Cidade de São José dos Pinhais, já que busca preservar a história e a cultura do Município.

O Museu vem desenvolvendo ainda um trabalho importante, através de projetos, tais como o "Projeto Museu 3ª Idade", "Projeto Música no Museu", "Projeto Museu Escola Comunidade", "Projeto Pau-Brasil", além da realização de exposições de peças raras nas Curiosidades do Museu.

Pela comemoração de seus 22 anos de história, recebam os funcionários e a Diretora do Museu Municipal Atílio Rocco, Sra. Sílvia Bonk, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Alçada do Paraná, pela comemoração de seus 29 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Alçada do Paraná, em 28 de setembro último, comemorou seus 29 anos de instalação. Criado pelo art. 84, II, da Emenda Constitucional nº 02, à Constituição do Estado do Paraná de 1970. Era competente na área criminal, para julgar os crimes cominados com penas de multa, prisão simples ou detenção e os de furtos e receptação e, no cível, as causas de valor até 30 vezes o maior salário mínimo vigente no Estado, na data da proposição da ação e mais as causas oriundas dos Juízos de Registro Civil de pessoas naturais e nas causas de acidente de trabalho, qualquer que fosse o valor.

Ao longo dos anos, a competência do Colegiado tornou-se mais abrangente e deixou de se basear apenas no valor da causa, sendo relacionada no inciso III do artigo 103 da Constituição Estadual de 1989, o que acarretou um aumento considerável no volume dos processos. Recentemente, por determinação da Emenda Constitucional nº 5/98 acresceu a esfera de competência criminal dos crimes contra a pessoa, excetuando os crimes dolosos contra a vida; os crimes contra a propriedade material, os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, os crimes contra os costumes, os crimes contra a incolumidade pública, os crimes contra atribuições perfazem 68,8% das matérias apresentadas em 2º grau de jurisdição no Estado do Paraná.

Pela comemoração de seus 29 anos de instalação receba o Tribunal de Alçada, através de seu Presidente, Dr. Celso Rotoli de Macedo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba (Alameda Júlia da Costa, 64 - Curitiba), pela comemoração de 50 anos de fundação.

Sala de Sessões, em 28.09.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, fundado em 1949, está completando 50 anos. Congrega os estabelecimentos de Curitiba, Campos Gerais e Litoral do Estado.

Sempre defendendo os segmentos que representa e seus associados, o Sindicato dos Hotéis é uma Instituição respeitada no Paraná e em convênio com Órgãos Estaduais vem buscando soluções para melhorar o desempenho do Setor, na tentativa de criar condições para adequar a cidade



aos padrões exigidos pelo mercado, já que Curitiba é uma cidade bastante visitada por turistas.

Ainda, com o mesmo objetivo, o Sindicato, através da Associação Comercial do Paraná - ACP, vem trabalhando junto a outras entidades para a criação do Convention Bureau de Curitiba que é um órgão que busca trazer eventos nacionais e internacionais para a cidade, principalmente na área de negócios.

Certamente o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares está prestando uma grande contribuição à nossa cidade e à região que a Instituição abrange, com um trabalho sério, sempre voltado ao desenvolvimento do Estado.

Pela comemoração de seus 50 anos, receba o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba, através de seu Presidente - Sr. Emerson Jabur, os votos de congratulações do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Reinhold Stephanes, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, solicitando a instalação de um Posto Avançado da Instituição nas dependências da 7ª CIRETRAN, do Departamento de Trânsito em Cascavel.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A CIRETRAN de Cascavel responsável pelo atendimento de 13 municípios, emite mensalmente a média de 520 guias GRs, as quais são obrigatoriamente recolhidas pelo BANESTADO.

Ocorre que o órgão localiza-se a 5 Km da agência mais próxima, situada no centro da cidade, trazendo sérios transtornos aos usuários, a maioria oriundos de municípios vizinhos e que muitas vezes chegam cedo àquela unidade e em razão das dificuldades para o pagamento não conseguem retornar até o final do expediente, pois existe o problema de locomoção via transporte coletivo até a agência do BANESTADO, o enfrentamento de filas para o pagamento, e novamente o retorno até a CIRETRAN.

O Posto da agência, localizado no fórum, a cerca de 500 metros da CIRETRAN, e que poderia ser utilizada para esses pagamentos, atendem os funcionários do fórum e outros serviços relativos às suas atividades.

Conforme levantamento efetuado pelo próprio banco, a arrecadação, se efetivada a instalação, seria superior a de muitos postos hoje em funciona-

mento, oferecendo comodidade aos usuários, e em consequência significativa agilização dos processos.

Também vale salientar que os funcionários do Hospital Regional de Cascavel, situado a 150 metros da CIRETRAN, com essa medida seriam beneficiados sobremaneira, uma vez que poderiam se utilizar do Posto Avançado do Banco para recebimento de proventos e a realização de outros serviços.

#### REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de reiterar o pedido da Sra. Vilma Belo, residente à rua José Dunajski nº 936 - Jardim Paraíso, feito através de nosso Requerimento LCM/AL/17.839 de 30.06 do corrente, referente a troca de várias lâmpadas queimadas existentes em toda a extensão da rua em que reside. Primeiramente ela fez um pedido há 03 (três) anos atrás, depois o citado acima e até a presente data nenhuma providência foi tomada. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2110 Ramal 30.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Oficinas, principalmente na Rua Roraima e proximidades. O pedido está sendo feito pelos moradores, tendo em vista a falta de segurança existente no local.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, solicitando a agilização na tramitação do processo de implantação do curso de Ciências Econômicas no Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - em Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) PÉRICLES MELLO

**JUSTIFICATIVA:**

Em 14 de julho de 1998 a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG protocolou junto à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETI, sob o nº 3.692.204-4, processo que solicita autorização para implantação do Curso de Ciências Econômicas na Campus UEPG em Telêmaco Borba, após ter sido efetuada pesquisa de mercado para verificar necessidade, clientela potencial e recursos disponíveis junto à comunidade local e regional, e de ter tramitado internamente junto aos órgãos da UEPG para que fossem verificadas as possibilidades de atendimento ao solicitado. O processo, que se encontra tramitando junto à SETI, voltou à UEPG para o cumprimento de diligências, que foram cumpridas e, após, retornou à SETI, em 10 de junho passado. Este processo deve tramitar ainda pelo Conselho Estadual de Educação, para que sejam verificadas as reais condições de oferta de vestibular para o próximo ano 2000, além do curso de Ciências Econômicas, pleiteada pela comunidade escolar daquele Campus.

Como a Comissão Central de Vestibulares da UEPG já prepara edital para a segunda edição de vestibular, cujo ingresso dos estudantes aprovados se dará no ano letivo de 2000, solicitando ao Exmo. Governador do Estado para que interfira no sentido de agilizar a tramitação do referido processo para implantação do Curso de Ciências Econômicas naquele Campus, pois maiores demoras inviabilizariam sua oferta para o próximo ano, frustrando as expectativas de centenas de jovens que anseiam pela abertura deste curso.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 494/99**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado o inciso II do Art. 7º da Lei nº 10.710 de 28 de fevereiro de 1994, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - ...

II - 30% (trinta por cento) para os servidores lotados no Centro Psiquiátrico Metropolitano (Curitiba), no Hospital Dr. Anísio Figueiredo - Zona Norte (Londrina), no Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul (Londrina), no Hospital Geral Mauro Sena Goulart (Curitiba), no Hospital Oswaldo Cruz (Curitiba), no Hospital Regional de Cascavel (Cascavel), Rede Estadual de Hemocentros e Hemonúcleos e no Laboratório Central do Estado.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(aa) EDNO GUIMARÃES

LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A Lei Complementar nº 10.710, institui em seu artigo 7º a gratificação do adicional de 30% sobre o salário básico, a todos os servidores lotados em várias unidades do ISEP - Instituto de Saúde do Paraná, algumas dentre elas localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, conforme quadro demonstrativo abaixo:

UNIDADES	Nº DE SERVIDORES	%	RECEBEM GAE - (Gratificação de Atividade Especial)
HEMEPAR	190	11,74	SIM
CPM	119	7,35	SIM
CPPI	60	3,75	SIM
Hospital Geral Mauro Sena Goulart	465	28,73	SIM
Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná	323	19,96	SIM
CREA Barão	210	12,97	SIM
Central de Transplantes	112	6,92	SIM
Hospital Oswaldo Cruz	20	1,23	SIM

UNIDADES	Nº DE SERVIDORES	%	RECEBEM GAE - (Gratificação de Atividade Especial)
LACEN	119	7,35	NÃO
<b>TOTAL</b>	<b>1.618</b>	<b>100,0</b>	

Analisando o quadro anterior, verifica-se que, somente o LACEN, representado por um baixo percentual de funcionários (7,35%) não percebe a GAE.

O regime de plantão no LACEN é realizado pelos técnicos em sistema de rodízio interno oficioso, com normas e procedimentos para a garantia e viabilidade do material para resultados rápidos e seguros, independente da hora e/ou dia (diuturno), em que chega para a análise. Além disso, o plantão é acionado também aos finais de semana e feriados a fim de dar continuidades às atividades iniciadas durante a semana, já que estas não podem ser interrompidas e nem adiadas.

Além dos plantões normais, foi instituído no LACEN, no ano de 1997, um sistema de acionamento dos plantonistas para a execução das atividades específicas, com possibilidade de leituras de mensagens urgentes, o MOBI, com sistema BIP, através do número 200-1166, Cód. 4003203.

Tal gratificação, GAE, concedida às demais unidades do ISEP pelo atendimento ininterrupto à população (24 horas diárias), pelo exercício de atividades especiais, deveria ser extensiva a todos os funcionários do LACEN, uma vez que esta unidade atende a toda população, dentro de um sistema integrado de atendimento de urgência em surtos epidemiológicos, infecto-contagiosos e tóxico-alimentares (tais como meningites, AIDS, dengue, cólera, hepatites, intoxicações alimentares), para os quais são necessários providências imediatas para o controle e identificação dos agravos.

Ressaltamos ainda, que os mesmos técnicos que desenvolvem a rotina laboratorial, é que são acionados para o atendimento dos plantões em sistema de rodízio interno, uma vez que não existem recursos humanos suficientes no quadro geral do LACEN para compor turnos noturnos para o atendimento dos plantões, como acontece com outras unidades já contempladas pela GAE, sendo os técnicos do LACEN mais merecedores de serem contemplados por essa gratificação, se observados por este aspecto.

Finalmente, face a todo o exposto, os 119 servidores do quadro técnico do LACEN, sentem-se constrangidos no exercício do Direito Constitucional de igualdade, expresso no artigo 5º da Constituição Federal, por entender que, mesmo executando

serviços de mesma natureza dentro de um mesmo Instituto, SESA - ISEP, não percebem a gratificação a que fazem jus. Reiteramos, portanto, o nosso pedido de auxílio na concentração de esforços junto às autoridades representativas, para a concessão da GAE.

Abaixo, segue número dos cargos e a média dos respectivos salários dos servidores lotados no Laboratório Central do Estado, para o cálculo da Gratificação de Atividade Específica - GAE.

NÍVEL	NÚMERO	SALÁRIO (base) R\$
Pessoal de nível superior	51	900,00
Pessoal de nível técnico	26	350,00
Pessoal de nível auxiliar	33	300,00
Pessoal de nível elemetar	03	220,00
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	

**PROJETO DE LEI Nº 495/99**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grupo Folclórico Os Lusíadas, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**JUSTIFICATIVA:**

Grupo Folclórico Os Lusíadas - Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, pessoa jurídica de natureza cultural, fundado em 10 de maio de 1968, sendo o grupo mais antigo

do Norte do Paraná. Já se apresentou em 15 Estados membros da Federação Brasileira, mais o Distrito Federal e em Portugal no ano de 1994. Tem convite para voltar àquele País em 2.000 e também para se apresentar na França.

Dentre os objetivos do Grupo Folclórico Os Lusíadas estão os de preservar o folclore e as tradições populares nacionais, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos, cultivar e difundir os costumes, a história e as tradições luso-brasileiras, enfim, desenvolve importante trabalho na preservação das tradições culturais da comunidade lusitana.

Exposto isto e considerando que o Grupo Folclórico Os Lusíadas vem cumprindo com os objetivos para os quais foi constituído, nada mais justo que seja reconhecido de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 496/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Amparo Sant'Ana, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Amparo Sant'ana é uma entidade de caráter assistencial sem fins lucrativos, tendo seus estatutos devidamente registrados no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, conforme se infere da certidão que acompanha esta proposição.

Fundada em dois de agosto de 1996, funcionam suas atividades na Rua Paraguassu, 700, no Bairro Alto da Glória. A referida entidade tem efetuado um trabalho de altíssimo valor social, auxiliando as mães carentes da região, que trabalham fora do lar, com o objetivo de aumentar a renda familiar e necessitam deixar seus filhos em um local que ajude na orientação educacional, alimentação, higiene e segurança.

O Grupo de Amparo Sant' Ana proporciona ainda a prática da caridade, prestando também a assistência social, médica, educacional e hospitalar aos pobres, necessitados, indigentes, desvalidos e

menores carentes, órfãos e abandonados, sem distinção de raça, cor e condição social.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e excelente trabalho desta entidade.

### Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 497/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o inciso VII do art. 2º da Lei Complementar nº 82 de 24 de junho de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar mencionada trata da criação e implantação de consórcio intermunicipal relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum nas áreas nela especificada, inclusive na área de saúde.

A nossa proposição visa excluir da abrangência da lei complementar os consórcios intermunicipais de saúde.

O art. 3º, § 3º, da Lei nº 8.142/90 já trata de criação dos consórcios intermunicipais de saúde e são regulados na Lei nº 8.080/90. Ou seja, estes consórcios já estão agregados em legislação federal.

A conseqüência imediata desta inclusão destes consórcios na Lei Complementar nº 82/98 é a inviabilidade de seu funcionamento, porque implica em enquadrá-los nos procedimentos licitatórios, enrijecendo o funcionamento ágil e despido de burocracia que exige este tipo de consórcio junto ao atendimento à população.

Assim sendo, pela séria possibilidade de inviabilizar estes consórcios se continuarem abrangidos pela Lei Complementar nº 82/98, esperamos contar com o apoio dos Pares desta Casa de Leis.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Senhores membros da Mesa Executiva, Srs. Deputados.

Ontem realizamos no auditório da Federação da Indústria e Comércio; o primeiro seminário a

respeito da cultura promovido pela Assembléia Legislativa. Estiveram presentes na abertura o Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis, o Sr. José Gomes de Carvalho, Presidente da FIEP, a Sra. Lúcia Camargo, representando o Sr. Governador do Estado, Sr. Vereador Natálio Stika, representando a Presidência da Câmara dos Vereadores, Derosso; o Prefeito Cássio Taniguchi, no debate no período da manhã, que teve a participação do ator Antonio Graça, do Rio de Janeiro, da Atriz Clarice Abujamra, do Secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Adriano Aquino; do Representante da Fundação Cultural, Sr. Cezar Muniz, aqui da Capital do Estado; da Berenice Mendes, cineasta e representando o Fórum dos Artistas da cidade de Curitiba.

No período da tarde o debate que tratou não apenas da questão da Cultura do ponto de vista da formação da sociedade humana, mas, sobretudo, do papel do Estado, impulsionador e fornecedor das atividades culturais e artísticas da sociedade. Participariam do debate da mesa redonda o Sr. Ricardo Remembói, representante do Itaú Cultural; o Sr. Heitor Azevedo, representante e Diretor de Marketing de Cultura da Xerox do Brasil; participou o Cineasta de São Paulo, Augusto Sevá; a Secretária de Cultura, do Estado do Paraná, Lúcia Camargo, a Sra. Maria Cristina de Andrade Vieira, que mediu o debate e a cineasta Berenice Mendes representando os cineastas do Paraná.

O seminário foi satisfatório. Mais de 500 pessoas estiveram presentes no auditório da Federação da Indústria e Comércio. Na parte da manhã o debate foi elétrico. Posições convergentes, divergentes. A platéia participou ao término da exposição dos oradores sobre o papel da formação da cultura na sociedade humana, a sua prioridade e importância a cada um de nós, sobretudo no nosso país. Tudo isso foi registrado pelo setor de taquigrafia da Assembléia Legislativa do Paraná.

À tarde, com a participação do ex-Secretário adjunto da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul no Governo de Antonio Brito. A discussão pode caminhar também para os aspectos de legislação fiscal, dando um panorama a nível nacional das legislações estaduais e as diferenças existentes entre a proposta que tramita aqui nesta Casa. Foi enriquecedor relato do Secretário de Cultura do Rio de Janeiro, e o relato e a abertura da Sra. Lúcia Camargo demonstrando as atividades que a Secretária de Cultura do Estado do Paraná vem desenvolvendo.

Para nós foi uma satisfação, porque foi uma primeira iniciativa dessa natureza. para que a sociedade possa ter um mecanismo que dê uma certa estabilidade, que tenha regras, que a produção de cultura tenha diretrizes fixadas, para amanhã ou

depois ficar aquela incerteza tanto para o mercado como também para a própria produção artística dos nossos artistas.

O seminário alcançou todo o êxito, porque teve a participação de setores empresariais; a participação do Poder Público tanto do Estado do Paraná como de outros Estados e teve também a participação da sociedade civil interessada, sobretudo os produtores artísticos, representantes de entidades culturais das mais diversas da nossa sociedade.

Não vamos parar por aqui. Vamos agora conversar com o Presidente da Casa, com o 1º Secretário, com o 2º Secretário na semana que vem, senão nos próximos dez dias esta Casa de Leis deverá apreciar o Substitutivo Geral das duas ou três propostas que tramitavam na Casa. Uma do Deputado Anibal Khury, uma minha e outra do Deputado Irineu Colombo que tem o Substitutivo Geral a respeito da lei que incentiva a cultura no Estado do Paraná. Na semana que vem ou na próxima, ainda marcar a data da votação deste Substitutivo Geral. Abrindo essa discussão com o Poder Legislativo de uma forma mais coordenada a respeito da necessidade do Estado do Paraná ter uma legislação que possa amparar e fomentar a cultura no nosso Estado.

Era esse o relato do seminário. Agradeço a participação do Presidente da Assembléia, Deputado Nelson Justus que apoiou desde o primeiro momento a realização deste seminário. A única coisa a lamentar é que os Deputados não se fizeram presentes. O único presente foi o Deputado Nelson Justus e proponente do seminário. Espero na próxima possam participar e ver como foi enriquecedora essa discussão a respeito da cultura no nosso Estado e no nosso país.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

#### O PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Nobres Pares, venho a esta tribuna para participar com Vossas Excelências, de uma carta que recebi, acredito até que os senhores também tenham recebido, que além de curiosa, também acredito de grande importância, principalmente para nós que temos como objetivo comum estender o bem, independentemente de para quem este bem é estendido.

Ela veio de Goiânia e é de autoria de um médico, Dr. Almir Lima, que é Psicólogo Clínico.

Então ela diz o seguinte:

(Lê):

“Brasília/DF, 21 de setembro de 1999.

Exmo. Sr.

Edson Praczyk

Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Paraná

12 DE OUTUBRO - MUTIRÃO DA SAÚDE

DIA DE LEVAR O PAPAI E

A MAMÃE AO MÉDICO

Excelentíssimo Senhor Deputado

Temos a honra de dirigirmo-nos a V.Exa. para passar-lhe às mãos o Folheto do Mutirão da Saúde/ Consultas gratuitas/ dia de levar o papai e a mamãe ao médico.

Pediríamos a Vossa Excelência levar esta idéia para sua Cidade/seu Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado.

12 de Outubro é o dia da Criança,. Estamos certos que neste dia todos os Hospitais, todas as Clínicas Particulares e todos os Médicos de sua cidade, deveriam abrir as portas de seus estabelecimentos de Saúde para atender a População gratuitamente, só depende de V.Exa. fazer algumas gestões neste sentido. Estamos certos que seus eleitores podem contar com V.Exa., como sempre contaram.

Se eles tivessem que montar uma estrutura paralela para isso, seria mais difícil. Seria inviável. Todavia, este não é o caso. Se em cada Hospital, em cada Casa de Saúde e em cada Clínica Particular já existe a estrutura física montada, se já existem os Profissionais de Saúde que prestam serviços diariamente no local, é somente abrir as portas de seus estabelecimentos e chamar a população. Todos só teriam a ganhar e o ser humano poderia se sentir um pouco melhor. Não é muito. Não seria a solução do problema da saúde no Brasil. Porém, muitos iriam ao médico pela primeira vez. Além do mais, estaríamos criando nas crianças o sentido da consciência comunitária, da valorização da saúde, da integração familiar e dando mais um sentido ao dia da Criança.

Precisamos usar melhor a capacidade criativa das crianças, dos adolescentes e dos jovens em geral.

Excelentíssimo Senhor Deputado.

Esperamos que Vossa Excelência leve esta idéia para sua cidade para seu Estado. Os proprietários de Hospitais e Clínicas Particulares que V.Exa. conhece precisam abrir as portas e atenderem todos os papais e mamães, gratuitamente, no dia 12 de outubro / dia da criança.

Se for o caso V.Exa. pode mostrar esta carta a eles, se isto ajudar em alguma coisa.

Esta idéia não pode ter dono nem patente. Esta idéia deve ser de cada um que mover uma palha para que ela se torne realidade em cada canto do Brasil. isso não é sonho. É a coisa mais simples de se fazer. Nós estamos fazendo sozinhos e vamos atender uma população de uns 20 bairros em

Goiânia/Go. a estrutura já está montada: oito médicos já se prontificaram a nos ajudar. Muitas pessoas da própria comunidade, também já se prontificaram, inclusive os diretores dos colégios e os professores vão conversar com os alunos e pedir que cada um leve seu papai e sua mamãe ao médico no dia do mutirão da saúde. A partir de agora e enquanto estivermos vivos, sempre no dia 12 de outubro, dia da criança, realizaremos o 'mutirão da saúde'.

Estamos à disposição de Vossa Excelência para quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

Dr. Almir Lima Psicólogo Clínico

Terapia de Família e Aconselhamento"

Ele finaliza que comentando que como médico, é um dos que adotaram essa idéia e na comunidade dele, ligado a outros profissionais da área, eles fazem isso já há alguns anos.

Achei assim, não apenas uma nobre idéia mas, também, viável repartir com os Senhores Parlamentares, que são indiscutivelmente, muito mais experientes que esse Parlamentar que vos fala.

Lembrei também, muito do Deputado Luiz Accorsi, que é médico e que médico e que faz já um trabalho, muito especial, bem parecido com esse.

Então que os Srs. Parlamentares possam adotar essa idéia e repartir com os muitos médicos, de vossos municípios, muitos donos de hospitais, que com certeza cada um de Vossas Excelências conheçam.

Era o que eu tinha para relatar, Sr. Presidente Nelson Justus e nobres Pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é um apelo à Comissão de Orçamento da Casa, especialmente ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator e ao Presidente da Casa, no sentido de que pudéssemos urgenciar, um entendimento dentro desta Casa, porque ao observar o que vem divulgando a imprensa, logo o Executivo estará dizendo quais os tipos de emenda e quanto de emenda cada Deputado pode apresentar e não, que soberanamente esta Casa tem condições e competência para fazer.

Hoje já vi que seria interessante que os Deputados fizessem emenda no valor em torno de um milhão e meio. Acho que não podemos continuar a fazer a elaboração e sustentar publicamente através de uma lei, orçamentos como foram os anteriores.

Nós, na condição de fazer a revisão do comportamento desta Casa, é de extrema importância que V.Exa. comece a direcionar esta questão e que façamos um orçamento que seja razoável a sua execução. V.Exa. que já esteve no governo e que já atuou no governo, como Secretário da Indústria e Comércio e esperamos que o próximo orçamento reflita a realidade do governo, da capacidade de fazer e executar os seus programas e não um orçamento que tivemos de 11, 13 bilhões e nós já, no ano de 98, 97, fizemos ponderações desta tribuna a respeito do inchaço do nosso orçamento.

Que possamos fazer um orçamento bem próximo da realidade e que esta Casa contribua de forma positiva para que tenhamos o governo mais transparente com as suas próprias execuções e com o que apresentamos aqui. Evidentemente que não é possível um Deputado apresentar 5, 6 milhões em emendas, como teve alguns casos e até mais que esta Casa apresentou e o Executivo não tem condições de executar. Então vira uma miragem, vira algo dantesco que é impossível executar. Esta Casa, no último orçamento apresentou em torno de doze mil emendas. Por mais capacidade, vontade, interesse que tenham os Srs. Deputados, e por mais condições que tenha o governo de executar essas emendas, é impossível que nós da Comissão de Orçamento, tenhamos condições de estabelecer um critério de prioridades, um critério regionalizando o Paraná e as representações e que esta Casa sobretudo possa assegurar uma mínima participação, a partir das emendas, porque desta forma estaremos fortalecendo o Parlamento, não o Deputado A, B ou C, mas estaremos fortalecendo a Casa, e que seja o mínimo. Eu entendo que é o governo que tem condições de estabelecer o todo do orçamento.

Nós apenas contribuimos na indicação de pequenas lacunas que deixam de ser contempladas e que podemos fazer isso.

É o apelo que venho fazer nesta tarde, a V.Exa. e ao Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e ao seu relator.

Aproveito o instante nesta tribuna para deixar patente que eu, felizmente, sou um homem crédulo, costume acreditar e o governo diz que não pratica o patrulhamento e estamos, nesses últimos dias que antecedem 30 de setembro, data limite para que possa fazer a opção político partidária para concorrer às próximas eleições, nós estamos observando uma pressão muito forte sobre os prefeitos. E a pressão política é legítima, o que não é legítimo, e o que nós precisamos condenar, e nisto eu gostaria que o Excelentíssimo Governador Jaime Lerner viesse a público para dizer que não está pressionando prefeitos, estão pressionando ou em nome dele, para dizer se não vêm ao partido do Governo

retirar-se indústrias que estão instaladas ou estão próximas a se instalar.

Ora, este tipo de comportamento não contribui o engrandecimento da classe política, este tipo de comportamento, de pressão econômica, dizendo que vai retirar indústrias instaladas ou indústrias que estão em projeto de instalação, e não foi nem um, nem dois, prefeitos que hoje não fazem parte da base de apoio dos partidos do Governo, estão, senhores, Deputados Valdir Rossoni, queixando-se da pressão. Gostaria que V.Exa, levasse até o Governador e que ele pudesse vir a público.

Consulto o Líder do meu Partido, Deputado Barater, se eu posso utilizar o expediente da Liderança.

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado José Maria, eu estava atendendo a imprensa e ouvi partes do pronunciamento de V.Exa. e o que ouvi sobre a questão da pressão dos prefeitos.

Deputado José Maria, qualquer pessoa que for pressionada, depende da sua capacidade também, eu sou acostumado a viver na vida pública, eu quero dizer a V.Exa que tenho certeza absoluta que isso não é do feitio do Governador Jaime Lerner. O Governador Jaime Lerner, eu pertencço a um outro partido político, ao PTB, tenho vários prefeitos dentro do PTB, e os meus prefeitos não foram pressionados.

Agora, quero dizer a Vossa Excelência que às vezes têm também prefeitos incompetentes que estão querendo valorizar a sua posição e é natural que venham a Vossas Excelências colocar que estão sendo pressionados. Tenho mais de 20 prefeitos no PTB, não foram pressionados, e certamente que estão falando para Vossa Excelência que estão sendo pressionados, não é da pessoa do Jaime Lerner, não é a pedido do Governador Jaime Lerner, o Jaime Lerner não tem esse procedimento, porque ele é um homem democrático, pode ter certeza, o que esses prefeitos estão é querendo valorizar o seu passe.

### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Compreendo a sua colocação e ela não poderia ser diferente, mas posso dizer a Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni, que são prefeitos da melhor qualificação, que estão industrializando os seus municípios de forma criativa, de forma competente, de forma séria, e que hoje estão quase que vendo as suas ações em prol dos seus municípios sendo obstacularizadas, barradas, e é o que não gostaríamos de ver, e para isso gostaríamos que o Governador do Estado viesse a público para dizer que

não está fazendo a pressão sobre os municípios, e que o processo é democrático, e que o processo sim, pode ser de convencimento político, mas é mais que usar o Diário Oficial e o Tesouro do Estado para que possa atrair e mesmo fazer a regimentação de políticos às suas hostes partidárias.

Agradeço, Senhor Presidente, a tolerância e gostaria também de dizer que entramos com um requerimento à Mesa no sentido de pedir, solicitar apreciação do Presidente Nelson Justus, de reestudo da composição das Comissões. É em função das constantes e das várias alternâncias de bancada, do número de bancada dentro desta Casa, é que fizemos já este requerimento, porque o espaço, a vaga, a cadeira em cada Comissão, não pertence ao Deputado, mas pertence sim, à Bancada, ao conjunto do Partido ou do bloco, e é o que estamos vendo hoje, em função das mudanças, distorção nessa representatividade.

E é por isso que fiz este requerimento, já há dias era para ter apresentado, e tenho certeza que merecerá apreciação do Senhor Presidente que também entende esta análise, esta revisão como uma necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência tem apenas a esclarecer que já existia e que recebeu o seu requerimento, encaminhou à Comissão Executiva, mas também já existia outro requerimento, de autoria da Liderança do Governo e já havíamos estipulado um prazo, que até o dia 30 - portanto, até o dia de amanhã - para que tivéssemos a relação completa das possíveis alterações dos Deputados no que tange aos seus partidos políticos.

A Mesa Executiva já tem pronto um projeto de como vai fazer esta distribuição e aguarda apenas o cumprimento do prazo - amanhã - a partir de amanhã já temos condições de fazer as alterações que devem ser feitas nas Comissões Permanentes. Mas, é bom, a propósito, até porque é interesse desta Presidência convocar os líderes de todos os partidos para um encontro amanhã, para que possamos discutir não só a pauta, como assuntos de outro interesse da Casa.

Horário das Lideranças.

PDT. PSL. PMDB.

(**Declinam**)

PST. Com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares.

Usamos esta tribuna hoje, para darmos publicidade a uma correspondência recebida do Tribunal

de Contas do Estado do Paraná, assinado pelo seu Presidente, Kielse Crisóstomo da Silva, em que nos reporta, atendendo um ofício assinado por este Deputado e que, além de estarmos, neste ofício, chamando a atenção ao Tribunal de Contas, estamos também fazendo uma denúncia grave que vem acontecendo em muitas Prefeituras do Estado do Paraná.

Trata-se, Senhores Deputados - os senhores, que são os verdadeiros fiscais do Executivo paranaense - do desvio da não prestação de contas dos recursos que são arrecadados pelas prefeituras, recursos esses do FUNREBOM (Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros).

Sabemos de muitas cidades do Paraná que prefeitos utilizam destes recursos de uma forma indevida, fazendo uma verdadeira apropriação indébita, e os destacamentos, as corporações ficam aguardando esses recursos que são pagos pelos municípios, na esperança de ter um Corpo de Bombeiros bem equipado, modernizado, pronto para agir no momento de um sinistro, e na realidade esse dinheiro não vem, os prefeitos utilizam para cobrir buracos e não mandam esse dinheiro como deveriam mandar.

Então, encaminhamos ao Tribunal de Contas e tivemos um pronto atendimento do Presidente Kielse, em que ele toma a seguinte deliberação: as contas, deste ano de 1999, deverão vir acompanhadas de declarações firmadas pelos respectivos titulares dos fundos de equipamento do Corpo de Bombeiros. Isso quer dizer o quê? Quando o prefeito mandar a conta para que o Tribunal faça a análise, terá que vir também uma declaração de que o dinheiro, que é do FUNREBOM, esteja nas mãos dos Comandantes do Corpo de Bombeiros do Paraná, para que eles possam utilizar da maneira como o dinheiro

deve ser aplicado na reforma, no reequipamento na compra de pneus, enfim, na compra de viaturas porque os bombeiros, os senhores sabem, cuidam de um setor importante, o setor da segurança da comunidade. O bombeiro cuida desde tirar um rato morto do telhado até de um afogamento e sabemos que é uma corporação valiosa, lutadora e que depende, infelizmente, deste dispositivo que está sendo contrariado.

Então, quero agradecer a atenção e a atitude tomada pelo Presidente do Tribunal de Contas para acabar de vez com este desvio, com esta apropriação de dinheiro que não é da Prefeitura. É dinheiro que vem junto com o IPTU mas é do Corpo de Bombeiros e deve ser encaminhado aos departamentos para que eles possam se reequipar.

Agradeço ao Presidente e acho que companheiros, estamos fazendo a nossa parte tentando coibir a indisciplina destes prefeitos que fazem estes



desvios e nada acontece. Daqui para frente vai acontecer! O Tribunal de Contas não vai aprovar as contas das prefeituras que não tiverem repassado os recursos do FUNREBOM para o Corpo de Bombeiros.

### O Sr. Algaci Tulio

Da mesma forma, Deputado, também recebemos da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, do Deputado Murilo B. de Camargo Sobrinho, um expediente encaminhado ao Tribunal de Contas onde também cita a mesma denúncia, o mesmo fato que deve estar ocorrendo com diversos municípios. É o mal gerenciamento do FUNREBOM (Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros) que é de fundamental importância para cada município e esta importância se clareia mais ainda quando ocorre um sinistro nestas cidades e o bombeiro não chega em tempo, não tem o carro-pipa e o cidadão não sabe que o prefeito não está levando a sério este Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Então, quero fazer coro a Vossa Excelência e dizer que também estamos tomando providências neste sentido e seria até interessante que esta Casa se colocasse, criasse pelo menos um grupo de Parlamentares para acompanhar de perto esta situação porque isto é prejuízo para a sociedade. No momento em que o prefeito cobra o IPTU e tem obrigação de depositar separadamente daquilo que entra no Tesouro do Município o que é para o Fundo, ele está se utilizando deste dinheiro para outro tipo de investimento e os bombeiros não podem se reequipar.

Então, quero me somar a Vossa Excelência dizendo que no Município de Pontal do Paraná infelizmente está ocorrendo a mesma coisa.

### O Sr. José Maria Ferreira

Sabemos da importância da corporação dos bombeiros em cada município e sabemos também do esforço que faz cada comunidade quando destaca no IPTU os recursos para a constituição do Fundo de proteção e combate ao incêndio.

Entretanto, um dado que me fez saltar aos olhos, a cidade de Curitiba não cobra e quem banca a Corporação aqui é o próprio Estado. Enquanto os Municípios de Maringá, do Interior do Estado pagam, Curitiba não paga. Temos que verificar esta questão porque grande parte dos recursos e dos investimentos da Corporação são destinados a Curitiba porque no Interior é feito normalmente uma parceria com os municípios de qualquer investimento. É assim em Rolândia, em Londrina, em Ibi- porã, em Cornélio Procópio, enfim, todos os municípios do interior têm esta postura, aqui é que não tem. E, por isso, muitas vezes fica nas costas do

Estado tirando os recursos de investimentos que seriam para o interior.

Esta era a contribuição que gostaria de fazer ao seu pronunciamento.

Muito obrigado!

### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o seu aparte e isso soa como uma denúncia grave porque ao nosso entendimento isso quebra o princípio isonômico e, como Vossa Excelência bem disse, o interior é sempre sacrificado.

Hoje estamos vendo, e com muita alegria, muitas empresas vindo se estabelecer aqui na Região Metropolitana de Curitiba.

Alegria por um lado e preocupação por outro, porque no interior do Estado faltam equipamentos básicos para que estas empresas se estabeleçam lá.

Então, vamos continuar amargando desemprego, vamos continuar amargando todas as dificuldades que assolam o interior do nosso querido Estado. A área metropolitana de Curitiba responde por 63% do ICMS do Estado do Paraná e esta concentração, a cada dia que passa, está se tornando um problema sério, um pesadelo para todos os curitibanos, principalmente os da capital e esta questão de o curitibano não pagar o FUNREBOM, ser bancado pelo cofre do Governo do Estado, este Deputado vai lutar para ver se modificamos isto aí, porque não é possível, Sr. Presidente, Curitiba ter um tratamento diferenciado do resto do Estado. Assim não dá. Assim vamos cada vez mais, - o interior ficando como está - morrendo à míngua e o inchaço na capital, vai ser uma cabeça grande e um corpo definhado. Não é isto que queremos. Queremos um Paraná que cresça como um todo.

Muito obrigado.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças: PT, PFL, PSB, PTB, PPB, PSC, Liderança do Governo.

#### (Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Esta Presidência convoca uma Comissão Especial de Reforma da Constituição, dentro do prazo legal, para justamente alterar o § 3º, do Artigo 61, da Constituição do Estado.

Portanto, fica constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição pelos Deputados Elio Lino Rusch, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Orlando Pessuti e Antonio Baratter.

Sobre a mesa, Ofício nº 587/99, subscrito pelo Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente, comunicando seu desligamento do PPB (Partido Progressista Brasileiro), ingressando no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). À **Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Edno Guimarães e Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/99, de autoria do Deputado Anibal Kury, que declara de Utilidade Pública a Associação Annibale Ferrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta Capital. COM PARACER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede e foro no Município de Lobato. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Conveniência Infantil Vó Rosa, com sede e foro no Município de Arapoti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais -APAE, com sede e foro no Município de Jussara. COM PAREECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Humberto de Campos, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 394/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Humberto de Campos, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relator

#### ITEM 06

1ª DISUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras e benfeitorias à Prefeitura Municipal de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 398/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar uma área de terras e benfeitorias à Prefeitura Municipal de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 398/99

Fica suprimido o parágrafo único do art. 1º, e o Art. 2º passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel referido no artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para construção de um Complexo de Saúde, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade”.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Algaci Tulio, Cesar Seleme.

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas “Herdeiros da Tradição de Arapongas”, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 26.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 463/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas “Herdeiros da Tradição Arapongas”, com sede e foro no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Torre Forte de Recuperação dos Toxicômanos, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 15.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 473/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Torre Forte de Recuperação dos Toxicômanos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1976, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1977 e 1978 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1979, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente.

Requerimento nº 1981, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1982 a 1984, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1985 e 1986, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1988, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1990, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1991-A, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 478/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns 459 e 474/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 394, 398, 463 e 473/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 114, 195, 372, 439/99 e 031/99;

e do de Resolução nº 030/99.

DISCUSSÃO ÚNICA - do projeto de Decreto Legislativo nº 011/99.

Levanta-se a sessão.